

PIB deve cair 3% no próximo ano

MILANO LOPES
Da sucursal de BRASÍLIA

Na expectativa do governo, 1984 vai ser o ano da eliminação do déficit do setor público e dos subsídios ao crédito para a exportação e a agricultura e ao consumo de trigo. Será o ano em que o País atingirá a metade de produção de meio milhão de barris de petróleo por dia, reduzir a taxa de inflação em pelo menos 100 pontos percentuais em relação à de 1983 e negociará sua dívida externa de forma mais tranquila e com menor sufoco.

A estratégia para alcançar esses resultados, desenhada nas duas últimas cartas de intenção enviadas pelas autoridades ao Fundo Monetário Internacional (FMI), deverá ser oficializada nesta terça-feira quando o Conselho Monetário Nacional aprovar as medidas de austeridade que o governo considera essenciais: contenção da expansão da base monetária e dos meios de pagamento em 50%; acréscimo de 55% nas aplicações do Banco do Brasil; fixação das taxas dos juros para o crédito agrícola na faixa de 100% da correção monetária, mais 3% de juros, e de 95% da correção monetária mais 3% para o crédito à exportação; retirada dos subsídios do trigo até março/84; aumento do custo do reembolso de liquidez para tornar mais cara a assistência financeira de emergência aos bancos.

O conselho aprovará também a "programação do setor externo para 1984", um documento que explicitará a estratégia de ajustamento para a economia no próximo ano, que se fundamenta num superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões e num déficit em transações correntes de US\$ 6,0 bilhões — o primeiro, US\$ 2,5 bilhões acima do que deverá ser obtido este ano e o segundo, US\$ 1,5 bilhão abaixo do que será alcançado também este ano.

Não haverá projeções para a evolução do Produto Interno Bruto, mas a expectativa é de uma queda de 3%, o que significará o prolongamento da recessão, a despeito da expectativa da ocorrência de nova safra agrícola recorde. Para este ano, as estimativas do Ipea, que circulam restritamente entre os principais ministérios econômicos, indicam uma queda de até 6,6% do produto, incluindo 10% da indústria de transformação, 18% da indústria de construção civil e 7,6% do comércio. O setor primário seria o único a apresentar crescimento positivo, de 3%, sendo 3,5% da pecuária e 2,7% da lavoura.

DIFICULDADES

A limitação do déficit do setor público a zero do PIB em 1984, ou até um leve superávit de 0,3%, passa por severas restrições monetárias, pois exige uma mobilização de recursos adicionais da ordem de Cr\$ 8,0 trilhões, os quais, alocados no orçamento monetário, o tornariam superavitário pela primeira vez. Desse

montante, Cr\$ 6,0 trilhões viriam do superávit fiscal propriamente dito, e mais Cr\$ 2,0 trilhões da economia resultante da eliminação dos subsídios ao consumo e ao crédito agrícola e de exportação.

Em relação à exportação, embora o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central estejam insistindo na eliminação do subsídio, o diretor da Cacex insiste em sua redução gradual, defendendo uma taxa de 75% da correção monetária mais 3% de juros. Ao retornar a Brasília, amanhã, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, deverá decidir a questão, provavelmente buscando uma fórmula alternativa que mantenha a eliminação dos subsídios formalmente, mas não na prática. Isso seria possível mediante a cobrança do encargo não no momento da emissão da guia, mas ao término do contrato de financiamento.

Quanto à retirada dos subsídios do trigo até março, o ministro do Planejamento enfrentará ainda alguma resistência dentro de seu próprio ministério, através da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap) que defende a posição



Arquivo

Galvás: fim de subsídio

anterior do governo, ou seja, retirada gradual para se completar no final de junho do próximo ano. Uma eliminação abrupta, em 90 dias, de um subsídio que no final do mês passado correspondia a 44% do preço do produto, resultará num sensível acréscimo do seu preço a nível de consumidor, com repercussões inflacionárias inevitáveis, justamente num ano em que o combate à inflação surge como meta inarredável.

DÍVIDA PÚBLICA

Outro problema que o governo tem para enfrentar, no próximo ano, é como administrar a carteira de títulos públicos, que chegará ao final de 1983 com um saldo de Cr\$ 27,0 trilhões, devendo superar a marca dos Cr\$ 50,0 trilhões em dezembro de 1984. Trata-se de uma formidável

massa de recursos remunerada, em sua maior parte, pela correção cambial, que deverá marchar em paridade com a inflação e cujo serviço, nos valores do saldo atual, já ultrapassa os Cr\$ 2,0 trilhões mensais.

Os depósitos em moeda estrangeira no Banco Central, em sua totalidade remunerados pela correção cambial, deverão atingir, no final do próximo ano, um saldo próximo de Cr\$ 20,0 trilhões, constituindo-se também em fonte de preocupação para o governo. É provável que parte "excedente" fiscal de Cr\$ 6,0 trilhões seja destinada a financiar uma parcela desses encargos, mas seu volume é tão grande que necessitaria da mobilização de uma massa muito maior de recursos.

A abertura das taxas do open-market como estratégia destinada a financiar a dívida externa sem recorrer à expansão da base monetária — remunerar com uma taxa mais próxima da inflação as operações de mercado aberto — é uma solução defendida por alguns técnicos do Banco Central e do Ministério da Fazenda, mas os gestores da política econômica, aparentemente, ainda não formaram um ponto de vista comum para levar ao Conselho Monetário na próxima terça-feira.

NOVA MÁXIS?

O ano econômico de 1984 se inicia com a disseminação de especulações sobre uma nova maxidesvalorização do cruzeiro, que seria decretada, conforme previsão do economista Adroaldo Moura da Silva, no máximo até março. Ele fundamenta sua expectativa na constatação de que se repetem, hoje, os mesmos ingredientes que justificaram as duas máximas anteriores.

Na Seplan, os técnicos recusam-se, com veemência, a admitir a possibilidade, mesmo distante, de uma nova maxidesvalorização, argumentando que ela poria em risco toda a estratégia antiinflacionária do governo e impediria o cumprimento das metas negociadas com o Fundo Monetário Internacional. Contudo, um ministro da área econômica, que pediu para não ser identificado, disse ao Estado que há uma hipótese de maxidesvalorização, que poderia, até mesmo, ser negociada com o FMI, com boa possibilidade de êxito: É se a tendência de valorização do dólar sobre o iene e as moedas fortes da Europa, que começou há três meses, continuar firme durante 1984, prejudicando a competitividade das exportações e pondo em xeque a obtenção da meta do superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões.

Nessas condições, a alternativa para uma máxi seria abandonar a política de paridade entre a correção cambial e a inflação e promover maxidesvalorizações mais freqüentes e com maiores percentuais de reajuste, compensando por esse mecanismo a perda de preço das exportações brasileiras para o Japão e a Comunidade Econômica Européia.